



**PARECER PRÉVIO Nº 19/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11417/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Renê Coimbra (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Saint Clair D'avila Gonçalves Dias – OAB/AM 9863, Maryka Lucy da Silva Mendes – OAB/AM 9560, Antônio Azevedo de Lira – OAB/AM 5474.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3299/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do **Sr. Renê Coimbra**, responsável pela Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, exercício 2016, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Oficiar** a Câmara Municipal para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º e 6º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao **prazo de 60 (sessenta) dias** para o julgamento das Contas do Prefeito, contados da publicação no DOE do Parecer Prévio.

- 11- **Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 24 de Junho de 2020.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 19/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 13- Especificação do quórum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 19/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11417/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Renê Coimbra (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Saint Clair D'avila Gonçalves Dias – OAB/AM 9863, Maryka Lucy da Silva Mendes – OAB/AM 9560, Antônio Azevedo de Lira – OAB/AM 5474.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3299/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Determinação. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, exercício 2016 do **Sr. Renê Coimbra** - Ordenador das despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96.

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Renê Coimbra** no valor de **R\$25.000,00** (Vinte e cinco mil reais), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelos atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, pelo



**ACÓRDÃO Nº 19/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

seguinte: Relatório Conclusivo n. 59/2019 – DICOP, itens: 4.1.2, 4.1.3, 4.1.4, 4.1.5, 4.1.6, 4.1.8, 4.1.9, 4.1.10, 4.1.11, 4.2.1, 4.2.2, 4.2.4, 4.2.5, 4.2.7, 4.2.8, 4.2.9, 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3, 4.3.5, 4.3.6, 4.3.7, 4.3.8, 4.4.1., 4.4.2, 4.4.3, 4.4.4, 4.4.6, 4.4.7, 4.4.8, 4.4.9, 4.5.2, 4.5.3, 4.5.5, 4.5.6, 4.5.7, 4.5.8 e Relatório Conclusivo n. 113/2019 – DICAMI, itens: 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Considerar em Alcance o Sr. Renê Coimbra** no valor de **R\$42.100,00** (Quarenta e dois mil e cem reais) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, fundamentando no art. 304, I do Regimento Interno do TCE/AM relativo ao uso de diárias não comprovadas, item 24 do Relatório Conclusivo n. 113/2019-DICAMI;

**10.4. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa** do Sr. Renê Coimbra, em caso de não recolhimento da multa e alcance **no prazo de 30 dias**, devidamente atualizados monetariamente, ficando desde já a DERE autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10.5. Determinar à Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira** que instaure imediatamente a tomada de contas nas diárias não comprovadas dos servidores: Sra. Maria do Socorro Borges (R\$11.250,00); Sra. Laura Patrícia dos Santos Dantas (R\$5.600,00); Sra. Suely Diana Ambrozio de Oliveira (R\$5.500,00); Sra. Yesica Milagros Mundo Guerrero (R\$5.200,00); Sr. Anderson Evangelista da Silva (R\$4.800,00); Sr. Valmir de Souza Delgado (R\$6.000,00); Sra. Dineia Gama Albuquerque (R\$4.800,00) e Sra. Dilly James N. da Lima (R\$2.800,00).

**10.6. Recomendar à Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira** que:  
**10.6.1** Cumpra com o máximo rigor os prazos estabelecidos no art. 216, inciso I, alínea "b", do Decreto nº. 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social) c/c o art. 12, inciso I, e art. 9, inciso I, alínea "m", evitando a incidência de multa e juros;



**ACÓRDÃO Nº 19/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.6.2** Mantenha sempre atualizadas as informações no Portal da Transparência, conforme determina o art. 48, parágrafo único, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, bem como, o inciso VI, do § 3º do art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, que regula o Acesso a Informação prevista no inciso XXXIII, do art.5º, inciso II, do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
- 10.6.3** Mantenha as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal sempre disponível à sociedade, em cumprimento ao art. 49, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF;
- 10.6.4** Observe o disposto nos artigos 31, caput e 74 caput e incisos § 1º da CF/88 e art. 76, caput da Lei nº 4.320/64, quanto a necessidade de controle interno.
- 10.6.5** Observe com máximo zelo os prazos para remessa dos balancetes mensais e informes periódicos da Câmara, bem como os Relatórios de Gestão e Fiscal e Resumos da Execução Orçamentária, estabelecidos pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015 e art. 54, da Lei Complementar nº 101/200-LRF e Resoluções TCE nºs 15/2013 e 24/2012;
- 10.6.6** Implante um controle mais eficiente dos bens de caráter permanente da Câmara Municipal nos termos do art. 94, da Lei nº 4.320/64.
- 10.6.7** Implante um controle mais eficiente dos itens do almoxarifado.
- 10.6.8** Observe com o máximo rigor a Lei de Licitações e Contratos quanto à: a) Processo licitatório sem numeração nas folhas; b) Protocolo de Entrega dos Convites sem assinaturas dos convidados; c) Na Ata do certame, não está rubricada pelos licitantes; d) Ausência do Ato de designação da comissão de licitação, responsável pelo convite (artigo 38, inciso III da Lei nº 8.666/93); e) Ausência do Parecer Jurídico emitidos sobre a licitação e as minutas dos contratos, o parecer jurídico não estar assinado (art. 38, VI e Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93); f) Nas Cartas Contratos não constam as Assinaturas dos Contratados que firmaram os ajustes.
- 10.6.9** Promova o recolhimento sempre integral ao Regime Geral da Presidência Social - RGPS das retenções dos servidores desta instituição.



**ACÓRDÃO Nº 19/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.7. Dar ciência** da decisão ao Sr. Renê Coimbra.

**10.8. Arquivar** os autos nos termos regimentais, após a adoção das medidas acima.

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 24 de Junho de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral